

## **Violência contra mulher no contexto de pandemia da Covid-19 – Uma análise da cobertura jornalística de portais, sites e blogs campinenses<sup>1</sup>**

Giovanna Ribeiro de AZEVÊDO<sup>2</sup>

Igor Tiago Batista LEITE<sup>3</sup>

Jaciela Nayara Cordeiro de ARRUDA<sup>4</sup>

Thiago Pontes dos SANTOS<sup>5</sup>

Ada Keesa Guedes BEZERRA<sup>6</sup>

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

### **RESUMO**

Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos em pesquisa de iniciação científica, desenvolvida por estudantes de jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba. O objetivo foi analisar matérias que abordaram a violência contra mulher nos portais *Jornal da Paraíba* e *Portal Correio*; nos sites *Paraíba Online* e *ClickPB*; e nos blogs *Blog da Simone Duarte* e *Blog do Márcio Rangel* na perspectiva de apreender como fora trabalhada a agenda e cobertura da problemática em um contexto atípico de pandemia. Partiu-se da premissa de que o isolamento social ocasiona aumento dos casos de violência doméstica, o que se agrava enquanto há uma tendência à invisibilidade do tema em detrimento da agenda ora em evidência. No entanto, ficou evidente que alguns destes canais continuaram pautando o assunto enquanto outros apresentaram mudanças ao longo dos meses conforme reverberava informações sobre questões intrínsecas à pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra mulher; Jornalismo; Agendamento; Pandemia.

### **INTRODUÇÃO**

A pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, marcou drasticamente os anos de 2020 e 2021 em todo o mundo. Do dia 31 de dezembro de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou o aumento de casos de pneumonia na

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: gioazzevedo@gmail.com

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: igorbatistajornalista@gmail.com

<sup>4</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: jacielanayara18@gmail.com

<sup>5</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: thiagoponsat@gmail.com

<sup>6</sup> Orientadora do trabalho. Professora-Doutora do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: ada.guedes@gmail.com

---

cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei (onde surgiu o vírus), à declaração do estado pandêmico em 11 de março de 2020, muitos aspectos sociais e econômicos no mundo todo começavam a se modificar. As atenções se voltavam ao aumento do número de casos e mortes, aos sintomas e formas de prevenção contra a proliferação do vírus, às medidas de restrições e isolamento social e suas consequências na economia mundial, e por fim, à corrida dramática dos pesquisadores em busca de protocolos de tratamento e formas de imunização da população.

O cenário de fato, era passível de toda a atenção, inclusive da imprensa que tinha diante de si a responsabilidade de informar criteriosamente os cidadãos. Os veículos de comunicação tiveram suas rotinas produtivas totalmente alteradas e as pautas diárias seguiam esse tema num ritmo de atualização frenético e ininterrupto. Com o passar dos meses e o cenário cada vez mais desolador, outros fenômenos sociais passaram a surgir em decorrência da pandemia, como observamos com o aumento nos índices de casos de violência contra mulher, fato acarretado justamente por causa do isolamento social e demais tensões geradas por um convívio forçado e prolongado com o agressor, que geralmente é o próprio companheiro da vítima.

Pensando neste fato e considerando a condição de uma mídia ora voltada para a cobertura de fatos relacionados a pandemia, questionamos como se comportaria alguns veículos de comunicação no que se refere ao agendamento de suas produções. Se pautariam os casos de violência ou se estes seriam negligenciados diante de um contexto de saúde pública de interesse mundial. Acontece que ambos assuntos precisam de atenção dadas as devidas peculiaridades, assim como acredita-se que canais como portais de notícias, sites e blogs jornalísticos de caráter local devam atender o critério de proximidade com o fato, bem como cumprir sua missão de informação e prestação de serviço junto a sua comunidade direta de leitores.

Nesse sentido, o presente artigo analisa os referidos canais de informações no sentido de apreender como se efetivou a atenção, o agendamento e a abordagem de casos de violência contra mulher nesse período pandêmico. Tal objetivo foi traçado a partir da premissa de que tais casos poderiam ser negligenciados em detrimento de pautas relacionadas diretamente à pandemia, justamente quando ocorre o aumento de crimes de violência e a necessidade de sua publicização e não invisibilidade. Os resultados da pesquisa mostram que os referidos portais, sites e blogs tiveram posturas diferentes uns

---

dos outros revelando muito sobre suas respectivas linhas editoriais e formas de agendamento e produção de conteúdo.

## **A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E O CONTEXTO PANDÊMICO**

A violência contra a mulher consiste em problemática que persiste ao longo dos séculos, não obstante a toda uma história de lutas empreendidas por diferentes instâncias e agentes sociais.<sup>7</sup> No Brasil, são vários os campos de atuação e engajamento na luta contra um fenômeno alarmante e de difícil transformação de cenário. Das ciências humanas e sociais passando pelas ciências da saúde, profissionais de diferentes áreas têm debatido sobre as relações e violência de gênero. (CARVALHO, 2012). As Secretarias de Segurança lançam projetos e campanhas, os anuários de segurança pública e observatórios fornecem dados, as Ongs prestam serviços, Leis são criadas, mas a realidade persiste, os números de casos de violência retrocedem e voltam a aumentar trazendo a tona fatos chocantes de objetificação, dominação e aniquilação da mulher.

Para citar alguns marcos representativos desta luta voltamos há pouco mais de duas décadas e lembramos, primeiro, a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, adotada em Belém-PA no dia 9 de junho de 1994, que define em seu Artigo 1º Violência contra a Mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994). (SAFFIOTI, 1999).

Exatamente 12 anos depois, promulgada no ano de 2006 e tida como o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, a Lei Maria da Penha amplia essa significação ao acrescentar “dano moral ou patrimonial” como uma das formas de Violência contra a Mulher, podendo esta ocorrer: a) dentro do ambiente doméstico e familiar; b) na comunidade e/ou; c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes. Considerada um tipo específico de violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar é aquela que se origina dentro do “âmbito da unidade

---

<sup>7</sup> Numa perspectiva sócio-histórica, as chamadas “ondas feministas” deram subsídios para que a condição da mulher na sociedade fosse sendo problematizada no espaço público. Um dos fenômenos decorrentes dessa atuação foi a ascensão de ONGs feministas nos anos 90, que firmaram espaços na agenda social brasileira para a discussão, sobretudo, da violência contra a mulher. (LOURO, 2004).

---

doméstica e familiar, ou em qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima” (LEI MARIA DA PENHA, 2006).

Já em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio<sup>8</sup>, que altera o Código Penal (art. 121 do Decreto Lei nº 2.848/40), incluindo este crime como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Não obstante a estas e outras medidas inibidoras e repressivas, as diferentes formas de agressão e violência não cessaram, fazem milhares de vítimas no Brasil, o colocando em 5ª posição no ranking de homicídios de mulheres, em um grupo de 83 países com dados completos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>9</sup>: são 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. A maior parte das vítimas são mulheres negras (pretas ou pardas) na faixa etária entre 18 e 30 anos. Enquanto o número de homicídios de brancas diminuiu em 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 vítimas para 1.576), os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% durante o mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Os dados são do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, um estudo divulgado pela OMS, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), ONU Mulheres e Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Na Paraíba, nos últimos anos, os índices retrocedem e voltam a aumentar com destaque para o feminicídio.<sup>10</sup> Esse tipo de crime representou, no ano de 2019, mais de 50% do número de crimes praticados contra mulheres na Paraíba. A informação é da delegada Maíra Roberta da Delegacia da Mulher em Campina Grande, durante entrevista à Rádio Campina FM em janeiro deste ano. Conforme matéria do Jornal da Paraíba de 28 de janeiro de 2020, dos 70 casos de violência contra mulheres registrados em 2019, 38 foram de feminicídio. 32 foram homicídios; latrocínio, 2; e lesão corporal seguido de morte, 1.

---

<sup>8</sup> A referida lei considera “feminicídio” como homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, como quando o crime violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher

<sup>9</sup> Ficando atrás de: El Salvador (8,9 assassinatos a cada 100 mil mulheres), Colômbia (6,3), Guatemala (6,2) e Rússia (5,3).

<sup>10</sup> Segundo o levantamento da Secretaria de Segurança e da Defesa Social (Seds), 20 mulheres foram assassinadas em território paraibano apenas nos primeiros 50 dias de 2018. Em comparação com 2017, esse ano já fez quase um quarto de suas vítimas em pouco menos de dois meses. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 76 mulheres foram assassinadas na Paraíba em 2017.

---

No atual contexto de pandemia da Covid-19, o número de denúncias de violência contra a mulher no estado, aumentou 105,6% no primeiro mês de isolamento social. A referência é o mês anterior quando não havia sido determinada a quarentena. Os dados são do aplicativo SOS Mulher PB <sup>11</sup>, que analisou o período de 21 de fevereiro a 21 de março e de 21 de março a 21 de abril. No primeiro mês de análise foram 142 denúncias, enquanto no mês seguinte, já em isolamento social, o número mais que duplica sendo registradas 292 denúncias. Dulcerita Alves, promotora da violência doméstica em João Pessoa, entende as estatísticas como reflexo do isolamento social. "Imagina você se isolar com o inimigo? Os ânimos se acirram, o estresse aumenta, ainda mais se o inimigo consome álcool ou tem outro vício. Tudo isso junto, aumenta com certeza a violência", declarou a promotora em reportagem publicada em 24 de abril de 2020 no G1 Paraíba. <sup>12</sup> Para ela, há ainda uma subnotificação dos casos, já que "as mulheres acham que os serviços pararam". Mas, é importante registrar que não apenas os serviços continuam ativos como o olhar da sociedade precisa estar atento, bem como as instâncias responsáveis pelo combate às práticas de violência.

Nesse sentido, vale registrar ações que surgiram como incentivo e apoio à mulheres que passam/passaram por situações de violência doméstica, principalmente no contexto de isolamento social, como por exemplo, a cartilha "Isolamento Seguro" publicada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa em maio de 2020, com o intuito de orientar mulheres sobre formas de agir em casos de violência doméstica durante o isolamento social. Cabe destacar também uma lei municipal de Campina Grande, homologada também em 2020, que obriga bares, restaurantes e casas de shows a auxiliarem mulheres vítimas ou ameaçadas no interior desses estabelecimentos, colocando cartazes em banheiros femininos e locais visíveis alertando sobre o assunto.

Além disso, a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançou, durante a pandemia, a campanha "Sinal vermelho contra a violência doméstica" para criar locais de apoio às vítimas e incentivar

---

<sup>11</sup> Iniciativa independente criada pelo professor e empresário Fábio César, com reconhecimento do Governo Federal.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/04/24/numero-de-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-aumenta-mais-de-100percent-no-isolamento-social-na-pb.ghtml>>. Acesso: 21 de maio de 2020.

denúncias desse tipo de abuso, a partir de um “X” desenhado na mão. A campanha teve adesão de mais de 200 farmácias em toda a Paraíba.

Iniciativas como essas e tantas outras que surgiram durante a pandemia, na tentativa de diminuir o número alarmante de casos de violência doméstica e prestar apoio às vítimas, são importantes meios de contribuição social para o combate a esse tipo de violência e, além disso, de conscientização, principalmente em um período de crescimento de notificações desses casos.

## **RESPONSABILIDADE JORNALÍSTICA E AGENDAMENTO EM SITES, BLOGS E PORTAIS DE NOTÍCIAS**

Ao longo da história e desde sua gênese, o jornalismo tem galgado seu trajeto como instância de visibilidade, papel social, e porque não dizer, de poder na sociedade. Trata-se de uma atividade com a função precisa de informar o cidadão, no entanto, ultrapassa essa questão e constitui-se um agente social e histórico que além de informar, tem a capacidade de produzir representações, sentidos de realidades e construtos mentais. Não se trata de entender o cidadão como consumidor passivo de informações, mas entender que os meios de comunicação são muito mais do que canais. Pensamos mesmo como Breton e Proulx (2006, p.49) que afirmam que “se o discurso midiático age sobre a estrutura social, ele é também, ao mesmo tempo influenciado por ela”.

É justamente por essa capacidade de produção de sentidos que os meios de comunicação se constituem agentes importantes ao dar visibilidade e denunciar os casos de violência de gênero. Ora, o jornalismo se constitui agente social e histórico com capacidade de produzir representações, agendamentos e enquadramentos, podendo tanto contribuir para combater os índices de violência contra a mulher, como também negligenciar ou mesmo reforçar seu aumento, pois ocupa, na contemporaneidade, papel importante na esfera pública e tal centralidade não se efetiva apenas com emissão de conteúdo, mas também na construção social da realidade (BRETON E PROULX, 2006).

Cada meio de comunicação tem suas peculiaridades. A televisão, por exemplo, possui uma linguagem própria e ampla carga imagética. O rádio, por sua vez, carrega consigo uma linguagem popular que agrega a si a interação com o ouvinte. Assim, há também as especificidades que diferenciam sites, blogs e portais de notícias.

Um site pode possuir caráter pessoal, institucional, comercial, promocional, informacional ou experimental. Essas plataformas têm como uma das características

---

principais a organização do conteúdo de maneira simples e acessível ao público. Sua estrutura costuma ser disposta em seções bem definidas e lançam mão de uma linguagem mais formal e direta.

Os blogs possuem uma linguagem mais impessoal e dinâmica. Isso se dá porque, no geral, eles são mantidos por um único autor ou um pequeno grupo de pessoas que fazem a atualização dos conteúdos. Um blog pode ser direcionado a uma temática ou segmento específico ou de vários ao mesmo tempo. No caso do blog de caráter jornalístico, há a característica da personalização e é possível entender que há maior liberdade de seleção das pautas no blog jornalístico do que em outras categorias do web jornalismo. Autores e jornalistas como Noblat (2006) e Kfuri (2009)<sup>13</sup> alertam ainda para um diferenciador dos blogs que se popularizaram na década de 90 como diários, e aos poucos, sobretudo a partir do episódio terrorista do 11 de setembro, vão sendo utilizados no jornalismo a partir de diferentes graus de normatização jornalística. As formas de apuração também mudam, mas a personalidade como marca do canal persiste.

Por sua vez, os portais de notícias abrangem diversos tipos de conteúdo de diferentes assuntos. Geralmente tendem a uma atualização mais frequente e instantânea dos conteúdos postados, visto que o foco é mantido em matérias informativas e/ou jornalísticas direcionadas para vários públicos. A normatização é rigorosa e não há personalidade das produções. Diferente dos blogs, os portais apresentam linha editorial criteriosa e ligada às grandes empresas de comunicação às quais geralmente são filiadas.

Afirmar a identidade de uma mídia jornal, em perspectiva comunicacional, implica reconhecer não apenas a existência de uma identidade para ela, como também a transforma em agente discursivo, certamente capaz de reproduzir enunciados, mais dotada de autonomia para estabelecer condições particulares de enunciação, que organizam e dispõem de modo coerente outros discursos ao longo da variedade de suas edições e subdivisões (LEAL & CARVALHO, 2012. p. 85).

Para uma mídia jornalística exercer sua relação com o mundo e produzir sentidos para seus leitores, ela toma algumas estratégias que vão desde a disposição da notícia, passando por sua diagramação, estilo e qualidade, a fim de transmitir credibilidade e confiança. Assim, as notícias são pensadas com o intuito de persuadir o leitor, levando-o a acreditar que o que foi veiculado é a realidade como tal, e não uma construção do

---

<sup>13</sup> Ver em: NOBLAT, Ricardo. Como fazer – e manter – um blog político. Observatório da Imprensa, 3.10.2006. Disponível em: [http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=405EN00\\_01](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=405EN00_01) Acesso em: 13 jan. 2009.



---

jornalista e todo um conjunto de fatores que perpassam a rotina produtiva dos meios, a partir dela. E para que esse convencimento ocorra, segundo Leal e Carvalho (2012), é preciso que o leitor se familiarize com o veículo, num processo que, posteriormente com o hábito de consumo, os receptores se veem representados no jornal que elegem como seu a partir da postura e imagem (ou seja, a assinatura) que o jornal possui e transmite. Foi considerando esse pressuposto que foram selecionados portais, sites e blogs com maior número de acessos, pois acreditamos que muitos dos leitores acabam se familiarizando e se fidelizando ao acompanhamento das informações veiculadas.

O jornal engendra um conjunto de procedimentos que visam ao seu enraizamento, tanto num local, numa realidade socioeconômica específica, como para e nos olhos de seu público. [...] se a notícia é o novo, o diferente, o jornal, ao contrário, é sempre o mesmo. Se o conteúdo da notícia, aparentemente, é estranho, sua forma narrativa e o jornal são significativamente familiares (LEAL & CARVALHO, 2012. p. 95).

Por essa assertiva também se considera a hipótese de que o consumidor de notícias do blog, uma vez familiarizado e identificado com a linguagem, abordagem, linha editorial etc, tende a continuar com esse padrão em detrimento das notícias de portal, por exemplo. Nesse sentido, o recorte realizado para esta pesquisa contribuirá também para refutar ou não tal possibilidade.

Por outro lado, vale ressaltar que a construção social da realidade se processa desde o agendamento<sup>14</sup> da notícia e sua condição sociopolítica, à dimensão simbólica suscitada em elementos textuais e imagéticos. Isso porque entendemos que o jornalismo através de suas diferentes narrativas textuais, tem em sua gênese e em sua função de mediação, a capacidade de corroborar, e mesmo instituir construções simbólicas sobre masculino e feminino, bem como das relações de gênero. (AZEVEDO, 2011).

De modo que frases, interjeições, silenciamento, justificativas e até o uso de termos pejorativos referentes à mulher, seja ela cis ou trans, pode contribuir para a construção de sentidos específicos sobre os fatos e fenômenos. Um crime de assassinato de uma mulher cometido pelo marido ou ex-namorado é feminicídio, e portanto, esta palavra deve ser usada em vez de assassinato. Do contrário ocorre a invisibilidade ou negação de uma problemática que precisa se fazer visível para então ser notada e combatida. Insistir em combater o silenciamento não só se justifica pelo contexto de

---

<sup>14</sup> Este conceito surge nos estados Unidos, por volta de 1970, elencado por Maxuel McCombs e Donald Shaw que formularam a hipótese do *agenda-setting* segundo a qual a mídia é capaz de determinar, através de seleção, incidência, ordenamento e enquadramento, os temas a serem pensados e debatidos pelo público.



---

pandemia vigente, mas entranha-se e elucida uma luta secular por voz, pelo espaço, pela expressão da própria existência. (PERROT, 2005).

Considerar o agendamento das notícias é importante porque permite a percepção de como se efetiva a atribuição de sentidos aos diferentes atores sociais. Se para McCombs e Shaw (1972) a cobertura midiática está interligada à opinião pública, então os conteúdos de mídia, dentre estes o jornalismo, são capazes de inferir na configuração do espaço público. Assim, acreditamos e mesmo constatamos, que há ainda frases, palavras em matérias jornalísticas que objetificam a mulher ou que apresentam a violência doméstica como algo banal.

Desse modo, já que este estudo tem como finalidade identificar qual a importância da imprensa no debate sobre violência contra a mulher, observar e discutir essas questões pode nos levar a revelações importantes sobre a realidade que nos cerca, sobre a percepção de como opera a imprensa em suas rotinas produtivas, bem como em um cenário atípico como o atual contexto de pandemia. Uma realidade que provoca um reordenamento, um deslocamento de atividades, perspectivas, comportamentos e saberes, o que alcança todas as esferas, sujeitos, práticas, e claro, o exercício jornalístico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em abril de 2020, primeiro mês de análise do portal *Jornal da Paraíba* e período que coincide com o início da pandemia no Brasil, já foi possível observar a considerável baixa no quantitativo de matérias policiais, sobretudo sobre o tema violência contra a mulher. O portal não possui uma editoria policial como nos demais veículos analisados neste estudo. As matérias relacionadas ao tema, são publicadas na editoria "Vida urbana" ou são distribuídas nas demais editorias. Foi possível observar que durante o mês de maio, não houve publicação de nenhuma matéria que relatasse feminicídio ou casos diretos de violência contra a mulher entre as 635 matérias do referido mês.

O mesmo aspecto se repetiu no mês de junho, onde inclusive percebe-se outra baixa no quantitativo de matérias relacionadas ao tema dentre as 558 matérias publicadas no decorrer do mês. Das 375 matérias obtidas no monitoramento do mês de julho de 2020, foram encontradas apenas duas (02) relacionadas ao tema da pesquisa. Nota-se, que a editoria policial não é característica do portal *Jornal da Paraíba*, o que conseqüentemente acarreta na escassez de notícias relacionadas à violência contra a mulher. Durante todo o

período de análise, foi possível perceber um agendamento, assim como em veículos de todo o país, voltado para a pandemia do novo coronavírus.

A análise dos dois primeiros meses (abril e maio) do site *Paraíba Online*, mostrou que entre o numeroso quantitativo de matérias, muitas são de conotação política, policial e referente aos demais desdobramentos da pandemia. Além disso, muitas das matérias sobre o tema eram curtas, pouco aprofundadas e em alguns casos, continham poucas linhas. A notícia publicada pelo site no dia 07 de agosto de 2020 ilustra bem o modelo de publicação sobre o assunto

**“Fim do casamento: homem esfaqueia mulher e corta seu cabelo em CG**  
Um homem foi preso ‘nessa’ quinta-feira (6) por tentar matar a ex-companheira no bairro do Catolé, em Campina Grande. Por não aceitar o fim do casamento, o homem com uma faca na mão ameaçou a vítima nas proximidades do Parque da Criança. Entretanto, durante a realização de rondas no local, a polícia abordou o suspeito pensando ser um assalto. Segundo a polícia, a mulher teve parte do cabelo cortado à força pelo suspeito e foi atingida com golpes de faca na mão direita. Os policiais prenderam o suspeito em flagrante.” (PARAÍBA ONLINE, 07 ago. 2020).

No segundo trimestre analisado, podemos constatar que algumas das matérias, embora tratassem de violência contra a mulher, seja por feminicídio ou por agressões, em alguns títulos, não refletem o real conteúdo da matéria. Fazem referência ao agressor ou dão indícios de um crime comum. Embora haja um intensivo trabalho pelas forças de proteção como a Polícia Civil, como cita a matéria do Paraíba Online em 11 de agosto de 2020<sup>15</sup>, bem como a aprovação de projetos de lei que reforcem e assegurem o bem estar de mulheres vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade, como mostra a matéria também publicada no Paraíba Online na mesma data, 11 de agosto de 2020, os dados revelam que o crescimento alarmante nos casos de violência está ligado ao isolamento social proveniente da pandemia, ambientes domésticos e familiares em que as vítimas desse tipo de violência foram obrigadas a conviverem mais tempo e dividindo o mesmo espaço.

Na análise do *Blog do Márcio Rangel* também foi possível observar que em algumas matérias, havia escassez de informações. O veículo tem como forte característica a editoria policial e por ser essa editoria tão assídua, não se notou uma mudança significativa no fluxo de publicações relacionadas ao tema violência contra a mulher. O mesmo quantitativo foi observado nos quatro primeiros meses da pandemia. Um ponto

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2020/08/policia-civil-da-paraiba-reforca-estrategias-no-combate-a-violencia-domestica/>>. Acesso: 01 de outubro de 2020.

---

em comum em unanimidade entre todos os sites, portais e blogs analisados foi que as matérias que trazem notícias sobre assassinatos a mulheres, não deixam claro quando o caso se trata ou não de feminicídio ou fazem alguma referência a lei de feminicídio. Decisões como essa, muitas vezes de caráter editorial, reforçam na sociedade a perspectiva de que crimes dessa natureza, acontecem menos do que mostram os números reais, números esses que se tornam evidentes até mesmo pelos próprios veículos de comunicação, exemplo disso, quando os portais, blogs e sites analisados nesse estudo, chegam a publicar duas ou mais matérias sobre o tema em um único dia<sup>16</sup>.

Em monitoramento estabelecido no período de cinco meses, entre abril e agosto de 2020, o *Blog da Simone Duarte* - cujo a média de publicações mensais é em torno de 500 - veiculou apenas 6 matérias relacionadas à temática da violência contra mulher. Dessas, 1 foi publicada em maio, 2 em junho e 3 no mês de agosto; ao passo que em abril e julho o assunto não foi pautado em momento algum. As matérias em questão têm em comum a característica da objetividade, se abstendo de aprofundar a retratação dos eventos. Na perspectiva ética, os conteúdos não tendem à espetacularização da violência ou sensacionalismo, prática que costuma ser comum em blogs noticiosos devido ao caráter de impessoalidade dos quais geralmente lançam mão.

Os casos identificados são nítidos exemplos de como a violência de gênero, apesar de possuírem o machismo como denominador comum, pode ocorrer de formas distintas. A primeira matéria analisada noticiava um episódio de feminicídio; a segunda, abuso sexual; a última delas relatava agressão física; em todos os casos o agressor era uma pessoa próxima à vítima. Durante esse espaço de tempo, apesar do crescimento no número de denúncias efetuadas contra violência doméstica, o agendamento do blog permaneceu voltado para as editorias de saúde, economia e política e, em sua grande maioria, teve como gancho principal os impactos da pandemia do Coronavírus nesses setores.

O *Portal Correio*, por sua vez, no período analisado foi responsável pela publicação de 16 matérias referentes à problemática. Em agosto o assunto reverberou mais vezes, sendo noticiado em 9 publicações em cada um dos meses; em maio e junho a temática gerou 3 publicações em cada mês; e em abril houve 1 publicação; sendo assim, junho foi o único mês no qual o tema não foi noticiado. As matérias publicadas possuem em comum as características de objetividade e falta de aprofundamento em grande parte

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://blogdomarciorangel.com.br/2020/06/04/mulher-e-executada-a-tiros-dentro-de-carro-no-bairro-alto-branco-em-campina-grande-pb/>>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

dos conteúdos jornalísticos. De acordo com a ética jornalística, o conteúdo publicado pelo portal não tende ao sensacionalismo, apesar disso, o veículo tende a seguir uma linha editorial onde coloca o suspeito ou acusado como protagonista, sempre evidenciando em suas manchetes as tentativas de justificativas do opressor diante de suas atitudes criminosas contra mulheres, além de citarem termos retrógrados, sexistas e misóginos, como “crime passional” e evitando em alguns momentos o termo feminicídio. A matéria analisada no mês de abril tratava-se de um episódio de feminicídio; as três analisadas em maio, 1 abuso sexual e 2 feminicídios; no mês de julho foi encontrado 2 casos de feminicídio 1 um de violência doméstica; e por último, o mês de agosto analisou 9 matérias, onde ocorreram 6 feminicídios e 3 tentativas de feminicídio. Na perspectiva do agendamento do portal, os reflexos da Covid-19 no aspecto socioeconômico estiveram no foco das notícias juntamente com as pautas relacionadas à política local e nacional evidenciadas a partir do cenário de disputa eleitoral para o poder executivo e legislativo municipal em 2020.

Em monitoramento realizado entre os meses de abril a agosto de 2020, o site *Portal ClickPB* - da qual a média mensal é em torno de 300 publicações - o site veiculou 60 matérias relacionadas à temática da violência contra mulher, o maior número dentre todos os veículos de comunicação campinenses analisados entre os meses de abril e agosto de 2020. Dessas, 10 foram publicadas em abril, maio e junho respectivamente, 11 no mês de julho; ao começar o primeiro mês do segundo semestre, em agosto, o número de matérias com a temática de violência de gênero quase dobrou para 19 publicações.

Vale ressaltar que as matérias monitoradas possuem alguns pontos em comum, como a objetividade, e aprofundamento na temática em algumas publicações, mas em grande parte faltou uma visão analítica e crítica do texto jornalístico. Considerando a escrita e perspectiva ética, os conteúdos publicados pelo site não tendem à espetacularização da violência.

As matérias analisadas no mês de abril consistiam em cinco episódios de feminicídio, 1 tentativa de abuso sexual, 2 casos de violência doméstica, 2 projetos de combate à violência. Já as 10 matérias publicadas em maio consistiam em 5 feminicídios, 1 violência doméstica, 2 abusos sexuais, 2 tentativas de feminicídio e 1 projeto de combate à violência de gênero. No mês de junho foi encontrado 1 caso de feminicídio, 4 de violência doméstica, 2 tentativas de feminicídio, 2 reportagens sobre campanhas de combate à violência de gênero e 1 caso de abuso sexual. Em julho foram analisadas 11

matérias, onde ocorreram 4 feminicídios; 2 violência doméstica; 2 sobre aumento de medidas protetivas; 2 tentativas de feminicídio e 1 tentativa de abuso sexual. Por último, foram identificadas 19 publicações do mês de agosto, quase o dobro dos meses anteriores, tratava-se de 6 de violência doméstica; 7 feminicídios; 3 tentativas de feminicídios; 1 sobre a queda nas queixas de violência de gênero e 2 sobre abuso sexual.

Na perspectiva do agendamento do site, os reflexos da Covid-19 no aspecto socioeconômico estiveram no foco das notícias juntamente com as pautas relacionadas à política local, porém, o ClickPB foi o veículo que mais priorizou o tema sobre violência de gênero em suas publicações. No total, ocorrem em média 300 publicações mensais no site e dessas matérias, a média mensal foi de 12 matérias com a temática de violência de gênero. O monitoramento também mostra o aumento significativo no primeiro mês do segundo semestre em comparação aos meses anteriores, mostrando o reflexo do perigo do isolamento social das mulheres ao lado na maioria dos casos de seus agressores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um período adverso da saúde mundial, em meio a uma pandemia de grandes proporções, ainda nos deparamos com vários outros problemas sociais, a exemplo da violência contra mulher. Durante o período de isolamento social, casos desse tipo tiveram um aumento significativo, provando que essa problemática persiste e que é fruto de uma sociedade com marcas arraigadas de um sistema patriarcal e machista, que ainda impera no inconsciente coletivo, uma problemática, que por vezes, não é corretamente abordada pela mídia.

Diante das observações aqui empreendidas, foi possível perceber que, apesar do aumento de notificações de casos de violência doméstica na Paraíba, com exceção dos sites que já mantinham uma linha editorial voltada para a área policial, a atenção dos demais veículos analisados voltou-se quase integralmente para temáticas relacionadas à pandemia, como a contagem de casos confirmados e mortes ocasionadas pelo vírus, a adoção e/ou flexibilização das medidas de prevenção à doença, além da editoria política que foi diretamente ligada à ocasião.

Foi constatado ainda que aqueles veículos que já são caracterizados pela editoria policial, não mudaram sua abordagem em relação a essa temática, embora tenham também adotado o agendamento dos demais para trazer notícias da pandemia. Embora tenham dado atenção a esses casos de violência, os portais, sites e blogs analisados ainda

---

trazem textos superficiais que se limitam às informações básicas, sem muita preocupação com a clareza no que é noticiado.

Diferente do que acontecia há alguns anos, o conteúdo analisado, apesar da objetividade e da falta de cobertura devida e aprofundada, não apresentou elementos sensacionalistas, que é comum em veículos da editoria policial, que, por muitos anos, deixavam transparecer nas informações jornalísticas o machismo, reproduziam estereótipos e até naturalizavam, e, de maneira indireta e simbólica, justificavam as agressões.

Assim, os casos de violência contra mulher foram pouco noticiados, mas se fizeram constantes as publicações de conteúdos que pautam projetos, leis e ações que surgiram com o intuito de colaborar com as vítimas e estimular a denúncia em casos de violência, principalmente durante o isolamento social. É importante a veiculação dessas medidas pelos veículos de comunicação, pois colaboram para que a sociedade tome conhecimento, funcionando assim como uma prestação de serviços. No entanto, ficou evidente que o foco na rotina diária de produção da maioria desses veículos eram fatos relacionados à pandemia, mesmo demonstrando que sabiam sobre o aumento de agressões contra a mulher neste mesmo período e por isso mesmo veiculavam as ações, leis e projetos de caráter combativo a essa realidade.

A violência contra a mulher, embora seja um problema social que se agrava com o passar dos tempos, ainda não tem a devida atenção da mídia, considerando seu poder de conscientização. Assim, fica claro que sites, portais e blogs locais ainda se mostram indiferentes quanto a isso, já que invisibilizam a existência de casos cotidianos, limitando-se a sua linha editorial, ou tratam apenas dos que estão com grande repercussão, de forma repetitiva e sem novas discussões, abordando o assunto de maneira seletiva. Vale ressaltar que o jornalismo também exerce um papel social e sua função não é mais apenas informar. Cabe ao jornalista interpretar os fatos e atribuir a ele um sentido que cause no consumidor uma reflexão sobre o que está sendo apresentado (LOBO, 2013). Sendo assim, cabe aos veículos de comunicação dar o devido espaço a essas discussões como contribuição às reflexões e ao combate desse tipo de violência.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. **Mulheres em Pauta**. Gênero e violência na agenda midiática. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- BRASIL. Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Lei do Feminicídio**. Brasília, DF, março de 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm).> Acesso em: 24 jul. 2019.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.
- CARVALHO, Carlos Alberto de; LEAL, Bruno Souza. **Jornalismo e Homofobia no Brasil - Mapeamentos e Reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- REDAÇÃO. Fim do casamento: homem esfaqueia mulher e corta seu cabelo em CG. **Paraíba Online**, 07 ago. 2020. Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2020/08/fim-do-casamento-homem-esfaqueia-mulher-e-corta-seu-cabelo-em-cg/>>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. Observatório da Imprensa, 23 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/\\_ed743\\_sobre\\_o\\_papel\\_social\\_do\\_jornalismo/](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/)>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MCCOMBS, Maxuel; SHAW, Donald. L. The agenda-setting function of mass media. In: Public Opinion Quarterly, vol. 36, n. 2, 1972.
- NOBLAT, Ricardo. **Como fazer – e manter – um blog político**. Observatório da Imprensa, 3.10.2006. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=405ENO001> Acesso em: 13 jan. 2009.
- PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro, Bauru, EDUSC, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O Estatuto teórico da violência de gênero. In: **Violência em tempos de globalização**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.